



Recebido em:
05/08/2017
Aprovado em:
05/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

CULTURA, TERRITÓRIO E A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA.

PATRÍCIA ROCHA DE ARAÚJO

EIXO: 14. TECNOLOGIA, MÍDIAS E EDUCAÇÃO

RESUMO

Historicamente, as referências do campo da Comunicação Social encontram-se no âmago do sistema produtivo das rotinas de grandes conglomerados midiáticos. Mas ao se experimentar o ensino da comunicação em um cenário periférico, longe dos centros de produção de informação, fui desafiada a repensar as rotinas e a priorizar novas dinâmicas comunicativas mais horizontais e mais baseadas em recursos proporcionados pelas transformações do ambiente de convergência midiática. Neste sentido, tento fazer com que meus alunos entendam que precisam se reconhecer como atores midiáticos do desenvolvimento do seu território, capazes de exercer a comunicação com excelência em uma zona onde o exercício da comunicação exige uma ampliação para além dos meios, e assumem um papel de articulação da informação com as demandas regionais.

PALAVRAS-CHAVES: Território, Comunicação, Comunidade

ABSTRACT

Historically, the references of the field of Social Communication are at the core of the productive system of the routines of large media conglomerates. But by experiencing the teaching of communication in a peripheral setting, far from the centers of information production, I was challenged to rethink the routines and to prioritize new, more horizontal and more resource-based communicative dynamics provided by the transformations of the media convergence environment. In this sense, I try to make my students understand that they need to recognize themselves as media players of the development of their territory, capable of exercising communication with excellence in an area where the exercise of communication requires a broadening beyond the means, and assume a role Of articulating the information with the regional demands.

KEYWORDS: Territory, Communication, Community

O universo cultural, por ser naturalmente fluido e ativo, é o espaço mais propício para que esses processos aconteçam. A cultura não está fadada a morrer, a ter um fim. Muito pelo contrário, está sempre em mudança, fluindo, se remodelando. E isso se dá devido à capacidade que o ser humano tem de interagir com seu território, reconhecê-lo e a partir do contato e experiência com o outro, significá-lo.

O Território do Sisal outrora abandonado e esquecido pelo resto do país, hoje conta com uma produção comunitária que faz com que esse território seja visto e ouvido pelo resto do mundo. São 21 rádios comunitárias espalhadas pelos municípios que compõem o território com uma intensa participação na comunicação local. Além do curso de

Comunicação Social da Uneb, onde acontece o Curso de Extensão Rádio Experimental que pretende proporcionar meios para que a comunidade utilize esse espaço para criar e posteriormente veicular seus produtos radiofônicos. Embora exista um número expressivo de rádios comunitárias, o foco não são as emissoras, mas se a produção de produtos radiofônicos no espaço da Universidade que depois possam ser escoados para as emissoras que demonstrarem interesse na sua veiculação. Transmitindo para todo o Território.

Mas, o que de fato eu pretendo com essa pesquisa O objetivo geral é Estudar a produção de conteúdos, linguagens e novos formatos criados pela comunidade local como forma de afirmação da sua identidade cultural. Como essa comunidade local (território do sisal) negocia os sentidos de pertencimento através das mensagens gravadas nesses produtos criados por eles e auxiliados pelos alunos do Curso de Comunicação – Rádio e TV.

1. Compreendendo cultura popular e identidade

O avanço dos estudos sobre Cultura nos últimos anos teve reflexo positivo nas pesquisas que se deseja tratar das relações entre Cultura e Comunicação. O que fica mais evidente é que o contexto sociocultural deve ser levado em consideração em um estudo aprofundado sobre o tema. Os meios de comunicação e os seus conteúdos serão melhores entendidos se forem levadas em conta questões como as diferentes influências culturais de cada grupo.

É nessa perspectiva que o encontro entre Comunicação e os Estudos Culturais, enquanto campo de investigação identifica-se com uma forte inclinação em refletir sobre o papel dos meios de comunicação na constituição das identidades. Cabe nesse estudo perguntar, como a criação desses produtos podem re-elaborar identidades locais, se apropriando de técnicas utilizadas pelos meios de comunicação de massa. Vamos refletir nas linhas seguintes desse artigo sobre Cultura, Território, Comunicação Comunitária e as relações entre si.

Cultura, segundo os estudos antropológicos é o conjunto complexo dos códigos e padrões que coordenam e orientam a ação humana individual e coletiva. Todo indivíduo se relaciona com a sociedade na qual se originou e convive, logo, é certo afirmar que todo indivíduo possui cultura. Membros de cada grupo social aprendem e aplicam esses códigos comportamentais no seu cotidiano que conduzem, de forma relativamente harmoniosa, as ações nesse meio social.

Sob a perspectiva dos Estudos Culturais latino-americanos, que ganham força na década de 1970, a Cultura é entendida como um dos aspectos das práticas sociais que se torna efetiva na articulação de um todo social, como um lugar de circulação de sentidos. Adquirindo valorização social e efetividade política.

Quando falamos de cultura popular, a maior parte dos estudos traz uma definição de cultura inferior, cultura que pertence a massa, população subalterna e que é dominada por uma classe dominante, a classe que detém a chamada alta cultura.

Há ainda uma confusão no entendimento de cultura popular com manifestações culturais de uma dada sociedade. Acredita-se que só na tradição, folclore, dança, artesanato, música, culinária ela se faz presente. Nesses estudos, o que percebemos é uma valorização maior dos seus produtos culturais que seus agentes sociais que os criam/produzem e consomem. Sendo assim, esses conceitos e visões a cerca do popular não interessam aqui.

Observamos que os estudos sobre cultura popular, pretendiam responder questões sobre a constituição de um sistema de valores e de um universo de sentido. Como esses sistemas contribuem para a constituição de uma identidade coletiva - que é o que nos interessa aqui - e como se dispõem as dimensões de subordinação e também de resistência das classes populares.

Observamos aqui um alargamento do conceito de Cultura, todas as expressões culturais e não só as folclóricas, devem ser encaradas tendo em vista o contexto social das instituições, da relação de poder e da história.

A Cultura Popular é um processo vivo, latente, de transformações constantes, as quais envolvem muito mais que os costumes e tradições de um povo. A Cultura faz parte da Identidade, da história e do desenvolvimento de cada grupo social. Em Barbero (2003) nos deparamos com uma definição interessante de Cultura Popular. Seus estudos apontam Cultura Popular como “saberes que carregam simbolicamente a cotidianidade e a convertem em espaço de uma criação muda e coletiva” (BARBERO, 2003, p.120). O popular carrega em si ainda um caráter, um “esquema de operações” que se refere ao modo de agir, pensar e se comportar, um “estilo de intercâmbio social, de inventividade técnica e de resistência moral.” (BARBERO, 2003 p.122) Esse esquema de operações citado por Barbero revela-nos

que essa cultura, além de ter autenticidade e beleza, também é um forte elemento de representação sociocultural que expressa não só o estilo de vida da classe popular, mas também seu modo de pensar, de sobreviver, de interagir numa sociedade que a engloba - mas nem sempre a considera -, além das estratégias utilizadas para se firmar, organizar e integrar na memória histórica do meio que a cerca.

A Cultura Popular, como todo processo social, se desenvolve e se transforma. Essas transformações se dão por diversos fatores: primeiro porque é próprio do homem evoluir, adquirir novos saberes e hábitos; segundo porque a Cultura faz parte de um sistema que envolve fatores como economia, política, tecnologias diversas e a modernidade de modo geral. Não estando isolada a Cultura Popular desenvolve-se, transformando-se a partir do contato com todos os outros elementos que compõem uma sociedade. “É possível pensar que o popular é constituído por processos híbridos e complexos, usando como signos de identificação elementos procedentes de diversas classes e nações”. (CANCLINI, 2000, p.218-219). O contato com o mundo externo retira do popular o juízo de ambiente fechado, imutável e as diversas relações que se estabelecem criam um sistema de hibridação entre culturas que se comunicam e se influenciam reciprocamente.

Canclini (2000) nos propõem observar os cruzamentos culturais que acontecem numa sociedade local, principalmente nas novas gerações, que permitem um re-ordenamento no seu modo de agir e pensar, alterando os vínculos entre o tradicional e o moderno, o popular e o culto etc. As relações são modificadas, mas nem por isso pode-se dizer que houve uma perda total da tradição, ou “morte” da cultura local. Pelo contrário, como já foi dito, a cultura é um processo vivo, pulsante e latente, está em constante transformação, os indivíduos que a compõe conseguem absorver as influências externas, incorporando-as a seu meio de vida com uma fluência própria daqueles que se relacionam sem conflitos com o novo e conseguem manter firme sua identidade. Sendo assim, deixam de existir limites que segregam e isolam os diversos grupos sociais e suas culturas, criando o que alguns estudiosos chamam de cultura mundializada. No entanto, a ruptura desses limites e a existência de uma cultura mundializada, segundo Ortiz, (2007) “não implica o aniquilamento das outras manifestações culturais, ela coabita e se alimenta delas”.

A fluidez dos limites ajustada pela globalização, ou melhor, mundialização das culturas, tolera que o mundo moderno adentre, admitindo um processo que provoca certa semelhança de costumes, que dá sentido a determinados comportamentos dos indivíduos.

O cinema, a música pop, os fast foods, as lojas de departamentos, todos esses símbolos da modernidade-mundo estão ao redor dos indivíduos em qualquer parte do planeta. Assim como signos comerciais como a Coca-cola, Nike, Disney, Kodak, que são partilhados como elementos de uma coletividade em nossa sociedade moderna. Como afirma Ortiz (2005), isso nos torna cidadãos mundiais, pois o mundo penetrou no seu cotidiano, definindo traços no seu comportamento, sem, no entanto mexer de forma definitiva com a sua identidade. Apesar de a modernidade-mundo trazer a ideia de que as relações sociais e culturais entre os diversos grupos sociais não têm mais limites firmemente definidos de interpenetração, é preciso lembrar que “a quebra das fronteiras, não significa o seu fim, mas o desenho de novos territórios e limites” (ORTIZ, 2005, p.47). Isso significa dizer que à medida que determinadas fronteiras são transportadas e transpostas, o indivíduo traz/leva consigo uma nova visão de mundo proporcionada pela experiência do ‘desenraizamento’ de seu território devido o contato com os elementos da mundialização, e essa nova visão de mundo o faz estabelecer limites outros e redesenhar seu espaço.

Canclini (2000), afirma que a identidade não se circunscreve apenas ao território, mas à ação sociocomunicacional, articulando local, regional, nacional, internacional e o pós-nacional. Já Martin-barbero nos apresenta a identidade como sendo a redescoberta do popular, que quer dizer, a construção de um novo sentido que reconhece as experiências coletivas e revaloriza as articulações e mediações da sociedade civil. O que vemos então é que a questão da identidade cultural é pensada por Barbero e Canclini como uma construção histórica.

É também Historicamente que o território tem sido definido a partir das relações de poder, visto como fator regulador das relações entre seus membros, ou seja, ele é composto por ação e poder que se manifestam por pessoas ou grupos. Existe um número expressivo de estudiosos que hoje se debruçam sobre a discussão a cerca de territorialização e costumam se dividir em dois grupos de pesquisa: os materialistas que partem da visão de que o território é constituído predominantemente por características físico-materiais e os idealistas que definem o território, principalmente, pelo “valor territorial”, no sentido simbólico. Rogério Haesbaert (2004) propõe uma perspectiva integradora dessas duas visões tentando superar a dicotomia material/ideal, “considerando que o território envolve, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto das representações sobre o espaço”

Essa perspectiva integradora, que enfatiza aspectos políticos, econômicos e simbólicos é interessante e torna possível compreender o que na atualidade vem a ser a complexidade do território.

2.0 Pensando o Território

De acordo com as contribuições da Geografia o conceito de Território em voga nos anos de 1970, dizia respeito ao “pedaço de terra”, segundo Haesbaert Costa (1997). Seguindo essa linha, Lobato Côrrea, nos apresenta o sentido de pertencimento, não no sentido de propriedade, mas a seu modo de apropriação.

Para Deleuze e Guattari, território é o lugar onde uma pessoa se sente em casa, e “lugar é um espaço vivido de experiências sempre renovadas” (SANTOS, 2011, p:114), portanto o ambiente social de uma pessoa (espaço de vida e seus hábitos) pode ser visto como um “território” no sentido psicológico, pois o conceito de território possui uma conotação psicológica ou subjetiva, sociológica e geográfica. Dessa forma, entende-se que o território é um meio de apropriação daquilo que nos representa culturalmente, social e psicologicamente, ou seja, não se associa somente a um espaço geográfico, como diz as seguintes palavras “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (ibidem, 2011, p: 96), portanto, todos os fatores de representação sejam material ou espiritual podem ser considerados como um território.

Segundo João Pacheco de Oliveira (1999), “a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social”, no qual os diversos membros de determinada comunidade, conectados com outros territórios, não só vivenciam experiências, como novas categorias são criadas ou transformadas no seu interior, reorganizando a partir daí seu espaço social, cultural e político. Esse novo modelo de organização social faz com que os lugares sejam mesclados de experiências locais e mundiais, e é a partir disso que novas territorialidades podem ser construídas, como síntese das novas experiências. Desse modo, o território se constitui pela interação de *territórios-rede*, onde se cruzam as diversas manifestações territoriais. Esse cruzamento, no entanto, não elimina a particularidade de cada território, ele apenas vai se fundamentar sob novos patamares, e a sua abordagem se torna cada vez mais variada pela multiplicidade de significações.

Cada sociedade, cada cultura está inserida num território próprio, particular que pode ser chamado como seu local de atuação e desenvolvimento. Esse local seria a origem de determinada sociedade, seu espaço geográfico e simbólico, um lugar particular e único, embora não seja isolado nem impenetrável. Para Elenaldo Teixeira (2001), “a sociedade civil situa-se num determinado território, no qual desenvolve suas relações e constrói seus espaços públicos para expressão e participação de seus atores.” No entanto, essa sociedade não se desenvolve sozinha, sem interferências de outros territórios, pelo contrário, seus atores socioculturais estão em movimento dentro de um sistema amplo e complexo, que reorienta, modifica e estimula seu comportamento social e cultural. O local deixa de ser um espaço “puro”, “intacto” a partir da existência desse fluxo que lhe permite assimilar e re-significar suas ações. Ele não deixa de existir, mas passa a se relacionar com o mundo em meio ao processo de globalização, no qual há uma variada mistura de povos, raças, culturas, filosofias, modos de governabilidade etc. “A globalização reforça identidades, internacional e extraterritorialmente e, de forma contraditória, também na esfera local. O local não desaparece, mas a noção de espaço passa a ser compreendida mais social que territorialmente.” (TEIXEIRA, 2001)

Sobre o Local e o Global podemos dizer que existem pontos de entrelaçamentos, mas não de absorção total de um pelo o outro. Ainda será possível distingui-los. O local se distingue por suas peculiaridades, interesses, estruturas e autonomia. O que ocorre é uma penetração de elementos que fazem parte da esfera do global, uma hibridação de símbolos, códigos e fluxos. Isso se dá em todas as esferas da sociedade, seja ela no campo político, no econômico, no social e, notadamente, no cultural. Um aspecto que não pode deixar de ser medido nessa relação local/ global é a importância dos meios de comunicação e informação que permitem e proporcionam esse intercâmbio de forma instantânea e constante, aproximando e misturando o que antes se encontrava separado. Os meios de comunicação funcionam como uma espécie de reguladores das mais diversas atividades humanas. Criam a chamada sociedade da informação, na qual o indivíduo é bombardeado diariamente por informações que são utilizadas intensivamente como elemento da vida econômica, social, cultural e política, alicerçada, sobretudo, no suporte tecnológico. E tudo isso acarreta mudanças na maneira de uma sociedade agir, pensar, produzir etc. E, obviamente, na valorização e manifestação de sua cultura.

A articulação entre o global e o local consente que o local sofra modificações, como se fosse um processo de mutação, que resultam na constante re-significação de seu espaço material e imaterial. Global/local “se realizariam no

espaço de suas fronteiras, possuindo capacidade de definir sua própria centralidade e contracenar com o que lhe é externo". (ORTIZ, 2007, p.60). Os indivíduos que constituem essa sociedade cultural-local, relacionando-se com o global, passam pelo processo de desterritorialização de seu território local-cultural. Dessa maneira um novo território é redesenhado, no entanto, a identidade dessa sociedade mantém-se conservada.

Os meios de comunicação de massa é um dos responsáveis por esse processo fluido e contínuo. O rádio, o meio que se insere mais rapidamente entre as diversas classes populares, tem um papel fundamental nesses processos de desterritorialização-reterritorialização das culturas populares. Ao mesmo tempo em que traz o global para dentro do local ou o inverso, numa dinâmica desterritorializante, ele também influencia o indivíduo na reterritorialização de seu território. Altera, através do fluxo constante de informações que irradia, o comportamento e a visão do sujeito sobre o seu meio, que influenciado pelo que vem de fora, re-significa suas ações sociais e culturais.

Segundo Lemos (2005) "próprio do homem é viver e construir na natureza, o seu mundo. A cultura humana é uma des-re-territorialização da natureza." Ele homem desenvolveu mecanismos para se mover entre os mundos e descobrir novas formas de habitar e desenvolver-se, de evoluir e criar.

Percebam que o trabalho se dará nesse território que mesmo com todos os problemas e isolamento do mundo funciona um curso de comunicação social com habilitação social em Rádio e TV e que foi uma demanda do próprio território por contar com vários profissionais sem formação superior da área de rádio, que atuavam na comunidade já há algum tempo.

3.0 A Comunicação Comunitária: o rádio como seu principal veículo

Para tecermos qualquer análise sobre comunicação comunitária é necessário que antes tentemos elucidar o conceito de Comunidade. Para Peruzzo (2007) para se configurar como comunicação comunitária não basta que seja local, falar de coisa da localidade e gozar de aceitação pública. Sua definição segundo a autora essa comunicação é aquela produzida no âmbito das comunidades e fundamentada nas noções de comunidade, participação ativa, horizontal e democrática dos membros de uma comunidade.

Segundo Leal (2007) comunidade existe ao passo em que há por parte dos seus membros o reconhecimento mútuo de princípios morais, normativos, valores culturais e traços sociais comuns entre eles. A definição de Souza (2000) acrescenta que o valor de comunidade não está no aspecto físico, mas no conjunto das relações e inter-relações, de poderes e contrapoderes que se estruturam e tem como referência a infra-estrutura física e social da área, que por sua vez, tem suas determinações nas estruturas fundamentais da sociedade. O que nos leva a concluir que a comunidade é uma forma de expressão da sociedade com expressões bem particulares. Para reforçar isso, Perruzzo (2003) coloca que mesmo com a globalização e as mudanças significativas da sociedade contemporânea, as pessoas se importam com a valorização do local, do seu local, pelo que alcança as suas vidas, demonstrando assim, uma importância pelas questões da comunidade, além de quererem ser informadas pelo que acontece na sua proximidade.

Ainda assim, segundo Peruzzo (2004) não se faz necessário que todos da comunidade tenham uma participação em tudo a todo tempo. Conforme experiências históricas, a representatividade, se aplicada de forma democrática, claro, apresenta-se como forma de participação. Neste cenário, o que fica evidente é a relevância da representação coletiva proporcionada muitas vezes por entidades ou por setores organizados da sociedade.

No caso específico desse estudo a representação coletiva é fomentada por um projeto de extensão em Rádio Comunitária que acontece dentro da Universidade Estadual da Bahia e conta com a participação de estudantes do Território do Sisal

Essa ação se faz necessária, principalmente se levarmos em consideração que a mídia hegemônica em geral tem dificuldade em garantir uma pluralidade cultural e de opiniões dentro do espaço de radiodifusão do país que grandes parcelas da população, sobretudo os indivíduos estigmatizados e marginalizados pela sociedade não sejam representados nos principais espaços de circulação da produção audiovisual. Ou quando incluídos, sejam estigmatizados de alguma forma que mantenha as relações de poder tradicionais.

Ao nos depararmos com esse cenário que a temática da Comunicação ganha ainda mais força, por esta possuir maneiras de produzir e fazer circular conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o "povo" como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para

externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

No Brasil, é a partir da década de 1970 que o uso comunitário do rádio começa a se intensificar, impulsionando o surgimento de novas experiências e projetos de rádio por parte de segmentos populares na América Latina. O Brasil acompanhou esses experimentos vividos por seus “vizinhos” e também tem exemplos de rádios livres (mais tarde chamadas de comunitárias), que eram mescladas aos movimentos sociais e comunitários. A origem das emissoras comunitárias no Brasil relaciona-se com as experiências de rádios livres nos anos 70 e de alto-falantes na década de 80. Nesse período, um número expressivo de emissoras comunitárias surgiram no país, que passou a contar com uma série de modelos de comunicação comunitária, nos quais o maior interesse era levar informação, cultura, lazer e voz àqueles colocados à margem. A Favela FM 104,5[i] é um destaque de rádio comunitária no Brasil. Criada em 1981 por moradores da favela, a rádio de Belo Horizonte, situada na favela Nossa Senhora de Fátima, é reconhecida pelo seu caráter social e comunitário, além de prestar serviços de utilidade pública à população daquela comunidade, a emissora tem um trabalho social contra drogas, debate temas de interesse social como eleições, voto consciente, segurança, saúde etc. A Favela FM também se destaca por fazer um jornalismo sério, realista e com denúncias, por incentivar a educação, a cultura e o lazer de sua comunidade. A rádio é sem fins lucrativos e recebe apoio de sindicatos, empresas, ONG’s entre outros.

A proliferação atual de emissoras comunitárias é o resultado de um processo de mobilização social pela regulamentação da radiodifusão de baixa potência, cujo marco histórico é o dia 10 de abril de 1995, data em que o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, recebeu, em audiência, um grupo de representantes de rádios livres e comunitárias. Nessa ocasião ele reconheceu, publicamente, a existência de milhares de emissoras de baixa potência em todo país e assumiu o compromisso de regulamentar seu funcionamento. (PERUZZO, 1998, p.5)

Ainda segundo Peruzzo, principal expoente desse tema, as rádios comunitárias são consideradas experimentos de construção de um espaço autônomo de difusão da palavra de pessoas que estão à margem, desenlaçadas das estruturas políticas dominantes. Elas são conhecidas como meios de expressão democrática, de pertencimento local, capazes de instaurar uma prática alternativa de comunicação, e não comunicação alternativa como costuma pontuar alguns autores.

Diante desse cenário, em 1998, é criada a lei 9.612 para regulamentar o segmento dessas rádios no país. Essa lei estabelece que as rádios comunitárias “tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vista à criação de oportunidades de ideias, difusão cultural (...)”, devem ter “programação com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.” Muitos estudiosos e, principalmente, radioamadores, consideram essa lei contraditória e excessivamente burocrática. O que provoca um avacalhamento das produções e da veiculação desses veículos. Esse juízo se tem como base o fato de que a 9.612/98 limita as possibilidades dessas emissoras se manterem, já que veta a veiculação de propagandas, além das imposições a respeito da faixa, da potência e do alcance. Entende-se que a lei é um tanto rigorosa com as emissoras de baixa potência, não só porque incentivam e promovem a disseminação da informação e da cidadania, mas porque contrariam os interesses das grandes emissoras comerciais que não aceitam perder audiência, espaço político, muito menos dinheiro da publicidade. Peruzzo (1998, p. 7), “são portadoras de um conteúdo político que amedronta os três poderes constituídos”.

É notório que a disseminação das rádios comunitárias no país não se pauta apenas no fato de o rádio ser um instrumento de longo alcance, mas, principalmente, porque a emissora comunitária tem papel de mobilizar, promover e incentivar o desenvolvimento e a transformação na comunidade na qual está inserida. A emissora comunitária tem um caráter diferenciado, pois não objetiva apenas entreter o ouvinte, mas contribuir para o desenvolvimento da comunidade, incentivando a cultura, a democracia, a transparência na administração pública, além de ser uma porta-voz da população. Mas para cumprir todas essas metas, a rádio comunitária deve ter uma associação comunitária para geri-la, uma programação diferenciada e atender a diversas exigências legais, o que torna uma empreitada difícil, quando se esbarra na lei, como já foi dito acima.

Mas para além dessas dificuldades de cunho burocrático, ainda esbarramos na problemática de que nem toda rádio que se denomina comunitária o é de fato. Cecília Peruzzo (1994, p. 9) diz que existem pelo menos quatro tipos de

emissoras que se intitulam comunitárias; 1) as que são eminentemente comunitárias, que seguem um modelo de gestão e participação popular, sem fins lucrativos; 2) aquelas que são controladas por poucas pessoas, têm um dono, mas prestam algum tipo de serviço a comunidade; 3) há ainda aquelas que mantêm uma programação bem semelhante as emissoras comerciais, sem vínculos com a comunidade local; 4) e existem as rádios que se dizem comunitárias, mas que são ligadas à políticos ou candidatos à cargos eletivos, que se utilizam do rádio para fazer campanha eleitoral. Essa variedade de comportamentos pode confundir e em alguns momentos não se chegar a uma conclusão de como deve ser uma Rádio Comunitária, ou seja, aquelas rádios que são um produto da comunidade, que não tem fins lucrativos, que tem uma programação interativa com a participação direta da população, valoriza e incentiva a cultura local e principalmente que tenham uma gestão participativa. Embora, existam autores que concordem com essa classificação feita por Peruzzo, entre eles Denise Cogo e Augusto Coelho. Há no entanto, alguns pesquisadores mais flexíveis e com uma visão menos carregada de ideologia, que se pautam na observação de cada realidade. É o caso de José Ignácio Vigil que considera rádio comunitária aquela que

Quando uma emissora promove a participação dos cidadãos e defende seus interesses; quando responde aos gostos da maioria e faz do bom humor e da esperança a sua primeira resposta; quando informa com verdade; quando ajuda a resolver os mil e um problemas da vida cotidiana; quando em seus programas são debatidas todas as ideias e todas as opiniões são respeitadas; quando se estimula a diversidade cultural e não a homogeneização mercantil; [...] quando não se tolera nenhuma ditadura imposta pelas gravadoras; quando a palavra de todos voa sem discriminações ou censuras – essa é uma rádio comunitária. (VIGIL, 2003, p. 506)

Essa visão realista sobre a atuação das emissoras comunitárias percebe a impossibilidade de se enxergar a comunicação popular apenas sob uma perspectiva positiva, levando em consideração que não se trata de uma receita única de fazer rádio, é preciso perceber diferentes níveis de atuação, de acordo com a realidade de cada território. A própria Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC) concorda que a classificação dessas rádios é variada.

rádio comunitária, rural, rádio, rádio participativa, rádio livre, alternativa, popular, educativa... se as estações de rádio, as redes e os grupos de produção que constituem a AMARC se referem a elas mesmos por meio de uma variedade de nomes, suas práticas e perfis são ainda mais varia dos. (BAHIA, 2006)

Assim, para qualificar uma emissora como comunitária não é preciso se considerar os diferentes níveis de atuação desta, levando-se em conta as dificuldades financeiras, técnicas e humanas, a cultura local, a realidade de cada comunidade. Podemos dizer então que se uma rádio pode não ser gerida pela comunidade local, mas apresenta uma programação interessante e presta serviço comunitário ou outra que é gerida por um conselho comunitário, mas ainda não conseguiu fazer uma programação que valorize a cultura local, elas não deixam de ser comunitárias, apenas atuam em diferentes níveis de atuação comunitária.

O que percebemos então é que Culturas antes isoladas, que mantinham pouco contato com o “mundo externo”, começam a se relacionar e interagir com outras culturas. Esse processo acaba por interferir no modo pelo qual cada sociedade passa a vivenciar suas experiências e produções culturais. Os territórios particulares são penetrados por diversos elementos globais que se misturam e são absorvidos no cotidiano das pessoas destes territórios. O resultado desse fluxo entre o local e o global é uma cultura híbrida, mundializada. Com a população do Território do Sisal não é diferente. O que pretendemos agora é proporcionar que essa comunidade afirme sua cultura mesmo com todas as influências sofridas de fora, através da elaboração e produção de produtos de Rádio. Usando o espaço da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com o auxílio dos estudantes do Curso de Comunicação Social – Rádio e TV. A pesquisa está em andamento e o próximo passo será gravar os produtos de rádio com a comunidade.

Referências:

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Fragmentos do discurso cultural**: por uma análise crítica das categorias e conceitos que embasam o discurso sobre cultura no Brasil. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

BARBERO, Jesus Martín. **Dos meios as mediações** – Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

BAHIA. Lilian Mourão. **Panorama atual das rádios comunitárias no Brasil**. Artigo síntese de um capítulo da dissertação de Mestrado, intitulada A reconfiguração da esfera pública local pelas rádios comunitárias na Região Metropolitana de Belo Horizonte, defendida em abril/2006.

_____. **Rádio Comunitárias**. Disponível em: ww2.metodista.br/unesco/agora/pmc_acervo_territorios_radios_comunitarias.pdf, último acesso dia 15/01/2010

CALABRE, Lia. **Políticas públicas culturais de 1924 a 1945**: o rádio em destaque. Estudos Históricos, Mídia, n. 31, 2003.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 3ªed - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

DELEUZE, G e GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2 ed., São Paulo: ed 34,2000.

FERNANDES, Glauco Vieira. **“Reterritorialização” da cultura sertaneja em Luis Gonzaga. Cadernos de Cultura e Ciência. Universidade Regional do Cariri – URCA. Vol. 3- Nº 1 2008.**

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997. Disponível em: http://www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc. Acesso em 20 de março de 2016.

LE MOS, André. **Ciberespaço e Tecnologias Móveis**. Processos de Territorialização e Desterritorialização na Ciber cultura. Artigo integrante da pesquisa do Grupo de Pesquisa em Ciber cidades (GPC/CNPq), do Centro Internacional de Estudos e Pesquisa em Ciber cultura (Ciberpequisa), da Facom/UFBA, 2005.

NASCIMENTO, Antônio Dias. **Relatório de Pesquisa**: Rádios Comunitárias da Região Sisaleira da Bahia. Memória, Conjuntura e Perspectivas. Salvador, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Um outro território**: ensaios sobre a Mundialização. São Paulo: Olho d'água, 2005.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil**. Paper apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife-PE, 9 a 14 de setembro de 1998.

_____. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Revista Latinoamericana de

Ciencias de la Comunicación, ano II, n.3, jul//dic. 2005. São Paulo: ALAIC. p.18-41.

_____. **Rádio comunitária na Internet**: empoderamento social das tecnologias. Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº 30, agosto 2006.

SANTOS, Ricardo Ferreira dos. **A representação sócio-cultural do cotidiano rural na produção artística do Grupo da Quixabeira**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

SANTOS, Suzy dos, RAMOS, Murilo César (orgs.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **A cultura histórica em representações sobre territorialidades**. SAECULUM-Revista da história -[16]; João Pessoa, jan./jun. 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global** – Limites e Desafios da Participação Cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

VIGIL, José Ignacio Lopez. **Manual urgente para radialistas apaixonados**. São Paulo-SP: Paulinas, 2003.

Outras referências:

Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável Do Sisal- Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia, 2008.

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural, na Universidade do Estado da Bahia, UNEB – Campus II. Membro do grupo de Pesquisa NUTOPIA, Uneb. Endereço eletrônico: rochadearaujo@gmail.com

[1] A Favela FM é denominada como rádio comunitária, segundo informações que constam no histórico apresentado no site da emissora, www.radiofavelafm.com.br, acessado em 20 de dezembro de 2009.